

# NEWSLETTER

# SPCE

Publicação Semestral  
N.º 1, janeiro-junho  
2012



## Editorial

### Os tempos que correm...

Os tempos que correm são particularmente difíceis em termos económicos, sociais e familiares. Estamos a viver um ciclo de crise cuja duração não é possível prever, mas que se pressupõe mais longo do que outros, e com consequências negativas mais amplas e profundas, nomeadamente no que diz respeito à retração e redefinição de direitos que julgávamos ter como aquisições democráticas e civilizacionais. A cada dia que passa, sentem-se os constrangimentos que resultam desta situação, e de nada nos serve lembrar que não somos apenas nós, portugueses e portuguesas, a ter de repensar e reorganizar as nossas opções, estilos de vida e expectativas de futuro. Neste contexto, a Educação e as Ciências da Educação, não apenas continuam sob forte escrutínio (que, pelo menos há três décadas atrás, noutros países, os neoconservadores e neoliberais reiniciaram e ampliaram), como, no caso português, elas continuam a ser alvos prioritários da aspereza fácil e muitas vezes leviana dos discursos dominantes, os quais se inscrevem, hoje, de forma menos ambígua, na mesma lógica e na mesma visão político-ideológica. Se a Educação, enquanto espaço público e desígnio coletivo, é inevitavelmente atravessada por tensões sociais, económicas, políticas e culturais, as Ciências da Educação, apesar da sua autonomia relativa como campo científico e de ação profissional, não deixam, pela sua própria reflexividade crítica, de ser particularmente permeáveis a essas mesmas tensões, que, aliás, não raras vezes, assumem como objeto de estudo e de investigação. Em todos os tempos, mas particularmente em conjunturas de manifesta adversidade, um dos antídotos para

contrariar certos discursos e poderes é continuar a afirmar as Ciências da Educação remobilizando todas as vozes, sobretudo as que se legitimam (e sempre se legitimaram) numa ética de serviço e de ciência pública, reconhecendo a complexidade do conhecimento, o compromisso com o humanismo crítico e emancipador, e a indispensabilidade da investigação alicerçada no rigor teórico-conceitual e metodológico. As novas gerações têm naturalmente também um papel decisivo, assumindo não apenas a responsabilidade pela continuidade do trabalho realizado, mas, sobretudo, dando o seu próprio contributo para uma renovada afirmação do campo das Ciências da Educação. Elas saberão fazê-lo melhor que ninguém, certamente de forma criativamente inconformista e inovadora, ajudando a mudar conceções anacrónicas e práticas desvitalizadas que subsistem, criando outras sinergias de investigação, de diálogo e de interface com outros campos, mas também sendo capazes de outra intervenção cultural e educacional face aos desafios contemporâneos.

A nova edição da Newsletter da SPCE procura constituir-se como um espaço onde estas e outras questões de educação poderão ser debatidas. Para além disso, procurar-se-á dar a conhecer centros e projectos de investigação em Educação/Ciências da Educação, bem como haverá espaço para se tocarem aspectos relacionados com a profissionalidade nas nossas áreas e dar a conhecer novas produções. Pretendendo ser um suporte de reflexão e espaço de diálogo, são bem-vindas propostas de artigos e outras formas de participação.

*Almerindo Janela Afonso*  
Presidente da SPCE

## Questões e Debates da Educação

### As Ciências da Educação – de um não lugar ao reconhecimento de um lugar

todas e todos os que temos acompanhado análises do sistema educativo português, os debates que se seguem à publicação dos resultados dos exames da escolaridade básica e secundária e os relatórios internacionais de que o PISA é um exemplo, talvez já tenhamos colocado questões do tipo: o que deve ser privilegiado na educação escolar? O que é preciso fazer para se conseguir melhores resultados? Por outro lado, quando na vida do dia a dia nos deparamos com situações que exigem sentido cívico, consciência ecológica, atenção aos outros e à defesa de um património cultural comum, talvez também já nos tenhamos interrogado sobre como cumpre a escola a responsabilidade de viver positivamente o exercício da cidadania e de promover uma formação para essa vivência? Como se compreende, é nestes dois tipos de orientação da educação escolar que se situa um dos dilemas do que tem vindo a ser exigido à escola e aos seus profissionais e que, forçosamente, lhes impõem um conjunto de saberes que vão muito para além dos que eram (ou são) necessários quando a missão se restringe a conhecimentos das áreas disciplinares que fazem parte do plano curricular. Aliás, é o reconhecimento deste mandato mais amplo da educação escolar que, nas últimas décadas, tem sido plasmado na legislação portuguesa e que, por isso mesmo, não pode ser ignorado nos discursos políticos de quem tem a responsabilidade de dirigir o sistema educativo. Ao mesmo tempo, é nesta ideia que suporta a afirmação de que o conhecimento produzido nas Ciências da Educação é cada vez mais necessário e relevante. Se a educação escolar se limitasse à instrução, entendida como a transmissão de conhecimentos existentes para serem adquiridos e reproduzidos, bastaria aos professores e a outros profissionais do sistema educativo um conhecimento técnico orientado para a lógica da transmissão e da reprodução do prescrito. Mas, se a educação escolar incorporar dimensões da formação pessoal e social e de reflexões sobre essas vivências que promovam o desenvolvimento de competências de uma vivência participativa e socialmente responsável, então torna-se necessá-

rio que aos conhecimentos das áreas das disciplinas dos planos curriculares sejam incorporados os conhecimentos produzidos pelas diversas Ciências da Educação. É este reconhecimento que o contacto com o sistema educativo português me faz sentir. tendo frequentado a escola a partir do final dos anos 50 do século XX, primeiro como aluna e mais tarde como professora e formadora de professores, tenho sentido que, de um “não lugar”, às Ciências da Educação tem vindo cada vez mais a ser exigido a ocupação de um importante “lugar”. Cabe-nos, portanto a nós, elementos da SPCE, contribuir para honrar esse “lugar”.

*Carlinda Leite*

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação  
da Universidade do Porto  
Centro de Investigação e de Intervenção Educativas

## Conheça um Centro de Investigação

### **Centro de Investigação em Educação – CIEd – Universidade do Minho**

O Centro de Investigação em Educação, adiante designado por CIEd, é uma unidade multidisciplinar que, no Instituto de Educação, visa a produção de conhecimento teórico e prático que sustente políticas, práticas e abordagens inovadoras e socialmente relevantes no domínio da Educação. Com vista ao desenvolvimento informado e socialmente comprometido de profissionais de ensino e educação, bem como de outros atores educativos, o CIEd toma como seus objetos prioritários de investigação as racionalidades, políticas, contextos, processos e práticas de educação e formação escolar e não-escolar.

Neste sentido, o CIEd preconiza o desenvolvimento de investigação com altos padrões de qualidade, levando a cabo projetos que contribuam para o desenvolvimento do campo de forma inovadora, significativa e responsável; construindo fortes relações de âmbito nacional e internacional com investigadores de educação e desenvolvendo projetos de âmbito disciplinar e multi/interdisciplinar. Além disso, participa na intervenção e transformação das políticas e práticas de educação e formação, respondendo a questões educacionais que intersejam a vida dos indivíduos, da sociedade e da comunidade ao nível pessoal, social, cultural, económico e político; cooperando com as instituições de educação formal, não-formal e informal, por meio de projetos nelas centrados e promovendo o seu envolvimento na produção de conhecimento.

A formação de novos investigadores é, também, uma das apostas do CIEd. Como tal, o Centro estimula a participação ativa de alunos da pós-graduação nas atividades dos Grupos de Investigação, através da organização de ações de formação no âmbito das metodologias de investigação, da integração e formação de bolseiros nos Grupos de Investigação e da aposta em iniciativas nacionais e internacionais destinadas aos jovens investigadores em educação.

O CIEd tem seis Grupos de Investigação, assim identificados:

- A Construção Teórica e Prática do Currículo em Contextos Formais, Não Formais e Informais.
- Educação em Ciências, Sociedade e Desenvolvimento.
- Aprender em Ambientes Emergentes.
- Políticas, Governação e Administração da Educação
- Literacias - Práticas e Discursos em Contextos Educativos
- Desenvolvimento, Aprendizagem e Necessidades Educativas Especiais.

Atendendo às exigências atuais da comunidade científica, o CIEd tem apostado na participação em projetos de investigação aprovados pela FCT, projetos de investigação aprovados por agências internacionais e integração dos seus investigadores em networks internacionais.

O CIEd assume, também, como “produto” de elevada qualidade a edição da revista Portuguesa de Educação, com a publicação de dois números anuais e avaliada como revista internacional A2 na avaliação da CAPES. Além disso, o Centro publica os Cadernos CIEd, teses de Doutoramento e relatórios de Investigação, subsidiando, ainda outras publicações de investigadores.

*José Augusto Pacheco,*  
Centro de Investigação em Educação,  
Instituto de Educação da Universidade do Minho

## Conheça um Projeto

### **EDUQUAL – Educar e Qualificar:**

#### **O caso do Programa Novas Oportunidades (PtDC/CPE-CED/105575/2008)**

Instituto de Educação – Universidade de Lisboa

O Projecto EDUQUAL, financiado pela FCT, teve início em Abril de 2010. Um dos argumentos de legitimação de muitas das medidas de política educativa em Portugal baseia-se na necessidade de aumentar os níveis de qualificação da população. O sistema educativo tem, por isso, caminhado para uma progressiva profissionalização, para uma crescente subordinação aos interesses económicos e para a eleição da qualificação dos recursos humanos como a sua principal missão (Nóvoa et al. 2000; Alves e Canário, 2004, Canário, 2005). Apesar de não se existir uma ruptura, defendemos que o ano 2000 é um turning point no plano educativo português. O Memorando da Aprendizagem ao Longo da Vida, o compromisso assumido pelos Estados Membros da UE na Cimeira de Lisboa e a aceitação de um novo modo de regulação política— o método aberto de coordenação— estão a ter um forte impacto no sistema educativo. O início do séc. XXI inaugura, em nosso entender, um novo ciclo na educação de jovens e adultos, que se subdivide em duas fases. A primeira, 2000–2005, caracteriza-se pela criação de novas ofertas educativas e de novas estruturas de regulação. As novas ofertas destinadas a adultos pouco escolarizados, contemplam a criação, em 2000, dos primeiros Centros de reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CrVCC) e dos Cursos de Educação e Formação de Adultos. A estas ofertas de segunda oportunidade, acresce uma outra destinada aos jovens em risco de abandono ou que deixaram a escola sem a escolaridade obrigatória: os Cursos de Educação Formação (CEF). No plano das novas estruturas de regulação do sistema educativo é criada a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), posteriormente substituída pela Direcção-Geral de Formação Vocacional. A segunda fase corresponde a um período de consolidação e tem como marco o lançamento, em 2005, do Programa Novas Oportunidades (PNO). O PNO expressa a adesão portuguesa ao método aberto de coordenação, a aceitação dos objectivos e das metas quantitativas (benchmarks) definidas a nível europeu e reforça a tendência vocacionalista do sistema educativo. Sem

contemplar novas medidas educativas, o PNO apresenta, contudo, duas novidades: o estabelecimento de metas quantitativas até 2010 e a consagração do 12.º ano como referencial mínimo de educação, ainda que, do ponto de vista legal, a escolaridade obrigatória se mantenha no 9.º ano. Assim, esta segunda fase é marcada pela expansão quantitativa das ofertas já existentes, pela criação dos Centros Novas Oportunidades (CNO), em substituição dos CrVCC, pela extinção da DGFV e pela criação de uma nova estrutura de regulação a nível central: a Agência Nacional para a Qualificação. É a partir destes aspectos que sumariamente descrevemos, mas que têm sido objecto de estudo por parte da equipa, que partimos do pressuposto de que está em curso uma revolução silenciosa no sistema educativo português e nos propomos estudar as suas novas configurações. Com esta investigação pretendemos responder à seguinte questão: de que forma as medidas de política destinadas a públicos pouco escolarizados e, em particular, o PNO estão a contribuir para a reconfiguração do sistema educativo português e para a consolidação de novos modos de regulação? Para responder a esta pergunta, a pesquisa está organizada em torno de quatro eixos: A) Análise das alterações nos modos de regulação do sistema educativo; B) Caracterização das ofertas educativas para adultos e jovens e dos seus promotores; C) Análise da recomposição do campo profissional da educação decorrente da emergência de novos grupos profissionais e da reconfiguração do trabalho docente; D) Caracterização dos públicos abrangidos por estas medidas e da forma como delas se apropriam. Do ponto de vista metodológico a investigação privilegia uma abordagem de matriz qualitativa e intensiva. O método utilizado é o Estudo multi-caso e o objecto empírico o PNO. O carácter inovador deste projecto reside em três aspectos: na premissa de que parte, a existência de uma revolução silenciosa que contrasta com as Grandes reformas do passado; no olhar holístico que constrói, onde as medidas de política educativa são o pretexto e o contexto para analisar as transformações na organização e no funcionamento do sistema educativo; no estudo de uma nova forma de definir, por via de metas, e de implementar, por via da diversificação dos operadores, políticas públicas de educação.

#### **Equipa de investigação:**

Nátalia Alves (Ir.), Rui Canário, Carmen Cavaco; Sónia Rummert, Belmiro Cabrito, António José de Almeida, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa



## Vozes Sobre a Profissionalidade

### Perspetivas profissionais em Ciências da Educação?...

Para esta reflexão, partimos dos discursos estudantis que, nos seus quotidianos de sociabilidades, vêm sugerindo uma conjuntura de crises de identidade que “minam” a imaginação sobre “perspetivas profissionais em CE”: i) crise na identidade da democracia portuguesa que afecta a profissionalização de recém-estudantes de CE, porque são questionados princípios democráticos presentes na IBSE (1989) relativos ao acesso e sucesso nos sistemas de ensino que, até hoje, têm sustentado o pedido social da formação em CE (cf. Rocha e Nogueira, 2007: 12-21); ii) crise na identidade curricular de CE com impacto na produção de perfis profissionais e mercados de trabalho na educação (relativamente) especializados que torne equitativa a profissionalização tendo em conta os contextos de formação e trabalho; iii) sem tabus, crise nas disposições de recém-estudantes que, pela primeira vez de forma generalizada, se consciencializam da nova relação entre formação e profissionalização, ou seja, na relação entre preparação (formação), procura, entrada e manutenção (carreira) de uma profissão “na área” da educação. Porém, estes discursos levam-nos a duas observações sobre aquilo que a conjuntura de crises não impede: i) experiências de sucesso de recém-estudantes que, reaproveitando as “não-especialidades” formativas das CE, produzem modalidades de acesso (e sucesso) em novos campos formativos e profissionais, não obstante utilizarem os contributos da formação inicial em CE: respectivamente, quando optam por formações (graduadas ou pós-graduadas) com maior visibilidade sócio-profissional e/ou trajetórias profissionais fora da “área”, p.e., mercados de trabalho na educação privados (coordenação pedagógica em empresas de formação/avaliação), «trabalho social» (voluntariado remunerado em ONG's) e «economia solidária» (projectos de intervenção de desenvolvimento local); ii) crítica de um etnocentrismo académico que conduz (alguns) professores/investigadores universitários a produzirem “discursos ilusórios” que “iludem” estudantes a investir na formação em função de “fáceis” perspetivas

profissionais em CE, que (contra todos os princípios de justiça social) se traduzem na manutenção da familiaridade entre professores/investigadores e estudantes-ideais (com médias altas, ideologias semelhantes, etc.) e na recusa da estranheza (desconhecer trajetórias irregulares de entrada no mercado de trabalho que desqualifiquem a formação em CE).

*Pedro Rocha,*  
Doutorando em Ciências da Educação,  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação  
da Universidade do Porto

—

<sup>1</sup> Rocha, Cristina e Nogueira, Paulo (2007). «A Licenciatura em Ciências da Educação da Universidade do Porto: transformações da procura e das lógicas de formação». In Educação, Sociedade e Culturas, n.º 24, pp. 11-37.

<sup>2</sup> Essa crise já está presente na pluralidade de nomenclaturas para formações de ensino superior iguais: CE (ciências da educação), E (educação) e CEF (ciências da educação e formação).

## O Que Há de Novo

### **(Re)Construção de Memórias e Subjetividades de Infância: as décadas de 1960–1970 e 1980–1990 em debate**

A investigação que desenvolvi no âmbito do mestrado em Ciências da Educação na FPCEUP centra-se em torno das memórias e subjetividades de infância e insere-se numa perspetiva sociológica, particularmente na Sociologia de Infância e nas Ciências da Educação.

O objeto de estudo está centrado na (re)Construção de Memórias e Subjetividades de Infância, através da escuta das narrativas biográficas de duas educadoras, que foram crianças nas décadas de 1960-1970 e 1980-1990. Procura-se pensar as mudanças, continuidades e descontinuidades educacionais, em torno da infância, no que diz respeito a diversas noções e experiências, reportadas aos cerca de 12 primeiros anos de cada biografada e passadas nas quatro décadas finais do séc. XX. Trata-se de uma investigação qualitativa, de caráter compreensivo e interpretativo, que elege a metodologia biográfica como recurso e processo de investigação. Sem pretensão de comparação, reflete-se acerca da singularidade e subjetividade emergente a cada uma das biografias, sem deixar de ver semelhanças e/ou diferenças que se cruzam nos seus percursos e interpretar as circunstâncias subjacentes e subjetivadas em cada vida. A pesquisa é guiada por um quadro teórico-conceitual que tem em conta preocupações de problematização do objeto e as temáticas que emergem do processo interpretativo das narrativas. Por isso, se discute as transformações sócio-culturais e sócio-económicas vividas em Portugal nestas décadas, procurando compreender os diversos processos de construção social da infância, a situação das crianças na segunda modernidade e os lugares e tempos das crianças. Procura-se, ainda, enquadramento para compreender essas memórias à luz de noções de cidadania ampla para as crianças, na sua diversidade de vidas vividas. A pesquisa mostra com relevo o lugar das experiências e relações familiares e de pares na infância, questões de cidadania e agência das crianças, e suas interconexões com os mundos da educação, especificamente a construção de feminilidades e identidades gen-

derizadas. Em graus diversos, salientamos como em ambos os períodos são memórias de famílias trabalhadoras com poucos recursos, embora subjetivadas como fortes apoios. Elas são representadas na época de transição rural-urbana dos anos 1960-70, como “infância feliz” e com algum poder face aos fortes constrangimentos; por sua vez, nos novos tempos das décadas de 80-90, as infâncias são pensadas como “sofrimento”, relacionado com escola, pares e consumo urbano, ultrapassado com as experiências proporcionadas pelas movidas da cidade-periferia.

*Maria Clara Saraiva Patoilo Teixeira*  
Mestre em Ciências da Educação,  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação  
da Universidade do Porto

## Destaques

No âmbito do processo de consulta pública do Ministério da Educação e Ciência, a SPCE emite parecer sobre a **“Proposta-Base da Revisão da Estrutura Curricular”**. Consulte o documento completo em <http://www.facebook.com/SPCE1990>.

Informa-se que a recomendação (1/2012) do Conselho Nacional de Educação sobre Educação para a Cidadania da qual o Professor Almerindo Janela Afonso é relator se encontra publicada em Diário da República (2.ª série– N.º 17– 24 de janeiro de 2012). Para mais informações consultar <http://dre.pt/pdf2sdip/2012/01/017000000/0282102824.pdf>

**“Prémio SPCE/Porto Editora 2012”** – candidaturas de 1 de fevereiro a 30 de abril de 2012. Podem concorrer trabalhos defendidos como teses de doutoramento ou dissertações de mestrado, bem como outros trabalhos de investigação concluídos e ainda não publicados. Só podem candidatar-se ao prémio os sócios da SPCE em situação regular. Para poderem concorrer ao prémio, os novos sócios têm de ser admitidos pela Direcção da SPCE antes da data do envio dos trabalhos. Os trabalhos a apresentar não poderão exceder 192 páginas, datilografadas em Times New Roman com corpo 11, com entrelinha de 1,15, em página A4 (margens 2,5 em cima e 2,5 em baixo; 3,0 lado esquerdo e 3,0 lado direito). O prémio consiste na publicação em livro, pela Porto Editora, do trabalho seleccionado. Os trabalhos (1 exemplar fotocopiado e 5 cópias gravadas em CD) deverão ser enviados por correio, com aviso de recepção, para a sede da SPCE (A/C Júri do Prémio SPCE; da Dra. Rosa Branco ou Profª Doutora Sofia Marques da Silva), rua João de Deus n.º 38 4100-456 Porto. As cópias em CD poderão, no entanto, ser substituídas pelo envio do texto em pdf, utilizando o endereço electrónico [correio@spce.org.pt](mailto:correio@spce.org.pt). Para mais informações consultar o regulamento na nossa página Facebook e no site SPCE.

Informa-se a SPCE é membro do EERA (European Educational Research Association) e da ADMEE-Europa (Associação para o Desenvolvimento das Metodologias de Avaliação em Educação). Se for Membro da SPCE poderá beneficiar de descontos na inscrição a ECER (European Conference on Educational research), conferência promovida pela EERA. Para se tornar membro consulte: [link](#)

A SPCE já tem página no facebook em <http://www.facebook.com/SPCE1990>. Brevemente a nova página web da SPCE também estará disponível para consulta. Esperamos contributos e sugestões de todos/as.

Vai realizar-se nos dias 7 e 8 de junho na Universidade de Barcelona a 2.ª Conferência Anual **“Rethinking Educational Ethnography: Researching on-line communities and interactions”**. Este evento é organizado pelo Centro de Estudios sobre el Cambio en la Cultura y la Educación, pelo Departament de Didàctica i Organització Educativa da Universidade de Barcelona, com a colaboração do Network 19 do ECER e da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Para mais informações consulte o site <http://fint.doe.d5.ub.es/seminaris/jornadesetnografia/>

### Ficha técnica

A Newsletter SPCE é uma publicação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

—

### Direção

Almerindo Janela Afonso e Sofia Marques da Silva

### Apoio técnico

Rosa Branca Pinto

### Conceção Gráfica

João Araújo (FPCEUP)

—

Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação

Rua João de Deus, n.º 38

4100-456 Porto

**Telefone e Fax:** (+351) 226 009 525

**Email:** [correio@spce.org.pt](mailto:correio@spce.org.pt) / [newsletter.spce@gmail.com](mailto:newsletter.spce@gmail.com)

**Website:** <http://www.spce.org.pt>

**Facebook:** <http://www.facebook.com/SPCE1990>